



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de mestrado de Direitos Fundamentais

Unidade curricular

Direitos Fundamentais – turma B

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Maria Guerra Martins – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável (N/A)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O objetivo da unidade curricular de Direitos Fundamentais (turma B) é investigar em que medida os esforços conjugados dos Tribunais Constitucionais de alguns Estados e dos Tribunais Internacionais, designadamente, na Europa, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) e, no continente americano, do Tribunal Americano dos Direitos humanos (TADH) são suscetíveis de contribuir para uma melhor proteção e tutela dos direitos das pessoas, sejam eles direitos, liberdades e garantias ou direitos sociais, económicos e culturais.

A partir da análise crítica da Jurisprudência de alguns Tribunais Constitucionais dos Estados-Membros da União Europeia, incluindo o Tribunal Constitucional Português, bem como da Jurisprudência do TEDH, do TJUE e do TADH procurar-se-á inferir os princípios básicos de relacionamento entre todos estes tribunais no domínio dos direitos fundamentais.

Conteúdos programáticos

TEMA: O ENTRECRUZAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DE ALGUNS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS COM O TJUE, O TEDH E O TADH NO DOMÍNIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

A PROTEÇÃO MULTINÍVEL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Premissa de que se parte: a proteção multinível dos direitos fundamentais
2. Os três níveis de proteção dos direitos fundamentais – direito constitucional, direito internacional e direito da União Europeia
3. Os três níveis de tutela multinível dos direitos fundamentais – justiça constitucional, justiça internacional e justiça da União Europeia
4. As vantagens e desvantagens da proteção e da tutela multinível dos direitos fundamentais
5. A cooperação judicial como forma de ultrapassar as desvantagens da tutela multinível dos direitos fundamentais

CAPÍTULO II

A COOPERAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

1. A desconfiança mútua inicial
 - 1.1. O Tribunal Constitucional italiano
 - 1.2. O Tribunal Constitucional alemão



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 1.3. Outros tribunais constitucionais
2. A cooperação construtiva atual
 - 2.1. O Tribunal Constitucional italiano
 - 2.2. O Tribunal Constitucional espanhol
 - 2.3. O Tribunal Constitucional alemão
 - 2.4. O Conselho Constitucional francês
 - 2.5. Outros tribunais constitucionais

Capítulo III

A COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS COM OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

1. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
 - 1.1. A coabitação pacífica
 - 1.2. A futura formalização do diálogo entre o TEDH e os tribunais nacionais superiores – o protocolo n.º 16
 - 1.3. O diálogo (ou a futura falta dele) entre o TEDH e o TJUE
2. Existe cooperação entre os tribunais dos Estados parte na CADH e o TADH?

CONCLUSÃO

O diálogo entre os Tribunais Constitucionais e os Tribunais internacionais reforça a proteção dos direitos fundamentais?

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O objetivo último da unidade curricular de Direitos fundamentais (turma B) é a preparação dos Estudantes para a realização de uma dissertação de mestrado, na área dos Direitos Fundamentais. Ora, seja qual for o tema que os Estudantes venham a escolher, ele pressuporá sempre o domínio da jurisprudência de alguns Tribunais Constitucionais bem com da jurisprudência do TJUE, do TEDH e do TADH. Tratando-se de uma matéria que se encontra em evolução isso permitirá aos Estudantes cumprirem outro dos requisitos de qualquer dissertação de mestrado – inovação e criatividade.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O mestrado será realizado em regime de seminário de investigação, o que significa que, numa primeira fase, a regente fará uma exposição sumária nas primeiras aulas sobre o objeto da unidade curricular assim como apresentará uma lista de temas com vista à escolha por parte dos Estudante de um deles para a realização de uma exposição oral e do posterior relatório escrito. Numa segunda fase, os Estudantes apresentarão oralmente nas aulas o seu trabalho de investigação que será sujeito a crítica de toda a turma e receberão orientação para o relatório escrito. A avaliação resultará da participação nas aulas (20%), da exposição oral (30%) e do relatório escrito (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A realização dos trabalhos por parte dos Estudantes será efetuada segundo o método de investigação jurídica com uma apresentação oral sujeita a contra argumentação e com orientação no relatório escrito, nos mesmos termos em que será desenvolvida posteriormente a dissertação de mestrado.

Bibliografia principal

- Indica-se apenas a bibliografia da regente, na qual são citados outros textos que permitiraõ aos Estudantes

(máximo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

prosseguir a investigação.

- “A tutela multinível dos direitos fundamentais”, *Revista do Esmape*, vol. 19, n.º 40, 2014, p. 35-70 (em colaboração com Miguel Prata Roque).
- “Constitutional Judge, Social Rights and Public Debt Crisis – the Portuguese Constitutional Case Law”, *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, 2015, vol. 22, n.º 5, p. 678-705.
- “Judicial Dialogue in a Multilevel Constitutional Network – the Role of the Portuguese Constitutional Court”, in M. Andenas / D. Fairgrieve, *Courts and Comparative Law*, Oxford, OUP, 2015, p. 300-328 (em colaboração com Miguel Prata Roque).
- “La jurisprudence constitutionnelle portugaise sur la crise de la dette publique, vue de l’intérieur”, *Semaine social Lamy*, supplement, 28 novembre 2016, n.º 1746, p. 34-44.
- “O Diálogo entre as Jurisdições Constitucionais e as Jurisdições Europeias em matéria de Direitos Fundamentais”, in Fausto de Santos Morais / José Carlos Kraemer Bortoloti, *A Jurisdição Constitucional e os desafios à concretização dos direitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2016, p. 47-92.
- “O Parecer n.º 2/13 do Tribunal de Justiça relativo à compatibilidade do projeto de acordo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, Marcelo Rebelo de Sousa / Eduardo Vera-Cruz Pinto (coordenadores), *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, p. 97-129.
- “Opinion 2/13 of the Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism”, *Zeitschrift für öffentliches Recht / Journal of Public Law*, vol. 71, n.º 1, 2016, p. 27-57.
- “Tribunais Constitucionais, Tribunais Europeus e Direitos Fundamentais – Do monólogo cauteloso ao diálogo construtivo”, *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Moura Ramos*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, p. 599-635.
- Portugal – Perspectives comparatistes – Dialogue entre juges constitutionnels européens, in Baptiste Bonnet (dir.), *Traité des rapports entre ordres juridiques*, Paris, LGD, 2016, p. 1501-1510.
- “Opinion 2/13 of the European Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism Revisited”, in Lina Papadopoulou / Ingolf Pernice/ Joseph H. H. Weiler (eds.), *Legitimacy Issues of the European Union in the Face of Crisis – Dimitris Tsatsos memoriam*, Baden-Baden, Hart / Nomos, p. 233-270.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course Master in Fundamental Rights

Curricular unit

Fundamental Rights (Class B)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Ana Maria Guerra Martins – 2 hours (weekly)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

N/A

Learning outcomes of the curricular unit



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

The main objective of this curricular unit is to research how the dialogue between the constitutional courts, the ECJ and the international courts, such as the ECtHR and the ACtHR in the field of fundamental rights contribute to improve the protection of the individuals.

Syllabus

TOPIC: THE INTERACTION BETWEEN THE CASE LAW OF SOME CONSTITUTIONAL COURTS AND THE ECJ, AND SOME INTERNATIONAL COURTS IN THE FIELD OF HUMAN RIGHTS

CHAPTER I

THE MULTILEVEL PROTECTION OF FUNDAMENTAL RIGHTS

CHAPTER II

THE COOPERATION BETWEEN CONSTITUTIONAL COURTS AND THE ECJ

Capítulo III

THE COOPERATION BETWEEN CONSTITUTIONAL COURTS AND SOME INTERNATIONAL COURTS

CONCLUSIONS

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The main purpose of this course is to improve the research skills of the students. The first and second chapter of this curricular unit will contribute to the improvement of research skills of students and the third one will require the development of some innovative and creative skills, which will be very useful in the next step of the course – the thesis' writing.

Teaching methodologies (including evaluation)

This curricular unit will run on a seminar basis, which means that, in a first phase, the professor will make some presentations in order to clarify the objectives of the curricular unit. In a second phase, the professor will give a list of topics to the students, who have to choose one of them. In a second phase, the students will make an oral presentation on the chosen topic subjected to peers' criticism and, in a third phase, the students have to write a report. The evaluation includes: participation in class (20%), oral presentation (30%) and written report (50%).

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Teaching methods will contribute to improve the research skills of the students as well as their innovative and creative ones, which will be very useful in the next step of the course – writing a thesis.

Main Bibliography

To go further see the quotations in the following articles of the professor responsible for the curricular unit.

- "A tutela multinível dos direitos fundamentais", *Revista do Esmape*, vol. 19, n.º 40, 2014, p. 35-70 (em colaboração com Miguel Prata Roque).
- "Constitutional Judge, Social Rights and Public Debt Crisis – the Portuguese Constitutional Case Law", *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, 2015, vol. 22, n.º 5, p. 678-705.
- "Judicial Dialogue in a Multilevel Constitutional Network – the Role of the Portuguese Constitutional Court", in M. Andenas / D. Fairgrieve, *Courts and Comparative Law*, Oxford, OUP, 2015, p. 300-328 (em colaboração com Miguel Prata Roque).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “La jurisprudence constitutionnelle portugaise sur la crise de la dette publique, vue de l’intérieur”, *Semaine social Lamy*, supplement, 28 novembre 2016, n.º 1746, p. 34-44.
- “O Diálogo entre as Jurisdições Constitucionais e as Jurisdições Europeias em matéria de Direitos Fundamentais”, in Fausto de Santos Morais / José Carlos Kraemer Bortoloti, *A Jurisdição Constitucional e os desafios à concretização dos direitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2016, p. 47-92.
- “O Parecer n.º 2/13 do Tribunal de Justiça relativo à compatibilidade do projeto de acordo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, Marcelo Rebelo de Sousa / Eduardo Vera-Cruz Pinto (coordenadores), *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, p. 97-129.
- “Opinion 2/13 of the Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism”, *Zeitschrift für öffentliches Recht / Journal of Public Law*, vol. 71, n.º 1, 2016, p. 27-57.
- “Tribunais Constitucionais, Tribunais Europeus e Direitos Fundamentais – Do monólogo cauteloso ao diálogo construtivo”, Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Moura Ramos, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, p. 599-635.
- Portugal – Perspectives comparatistes – Dialogue entre juges constitutionnels européens, in Baptiste Bonnet (dir.), *Traité des rapports entre ordres juridiques*, Paris, LGDJ, 2016, p. 1501-1510.
- “Opinion 2/13 of the European Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism Revisited”, in Lina Papadopoulou / Ingolf Pernice/ Joseph H. H. Weiler (eds.), *Legitimacy Issues of the European Union in the Face of Crisis – Dimitris Tsatsos memoriam*, Baden-Baden, Hart / Nomos, p. 233-270.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.